



**Tipo de trabalho:** TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

## **GRAU DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR<sup>1</sup>**

**Roberta Lamonatto Taglietti<sup>2</sup>, Carla Rosane Paz Arruda Teo<sup>3</sup>, Gisele  
Assumpção Vieira<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Pesquisa Doutorado

<sup>2</sup> Nutricionista. Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: rotagli@unochapeco.edu.br

<sup>3</sup> Nutricionista. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: carlateo@unochapeco.edu.br

<sup>4</sup> Nutricionista. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: giselevieira@unochapeco.edu.br

### **RESUMO**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é marcado por inúmeros avanços nos aspectos relativos à gestão e operacionalização das ações, destacando-se a Lei 11.947/2009 com a determinação de que, no mínimo, 30% dos recursos financeiros destinados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação às entidades executoras deveriam ser utilizados na aquisição de alimentos da agricultura familiar. Neste contexto, o objetivo deste estudo foi avaliar, a partir de registros de chamadas públicas, a qualidade da compra de alimentos provenientes da agricultura familiar para a alimentação escolar, segundo grau de processamento. Destaca-se que as chamadas públicas para aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para a alimentação escolar priorizam alimentos *in natura* e minimamente processados. Entretanto, os alimentos processados e ultraprocessados também estão presentes nestes editais. Verificou-se, portanto, que a aproximação entre os dois segmentos é positiva, mas é preciso fortalecer o papel da agricultura familiar na oferta de alimentos saudáveis.

### **INTRODUÇÃO**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é a iniciativa mais antiga do governo brasileiro na área de alimentação escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O programa é considerado um dos maiores e mais abrangentes do mundo em relação ao atendimento aos escolares e à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA). O PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que realiza a transferência de recursos financeiros para estados, municípios e Distrito Federal (BRASIL, 2015).

Até 1993 o programa foi executado de forma centralizada e caracterizado pela oferta predominante de alimentos industrializados, devido à logística de distribuição de alimentos em todo o território nacional (TRICHES; SCHNEIDER, 2010). A descentralização, em 1994, possibilitou o planejamento



**Tipo de trabalho:** TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

dos cardápios segundo a cultura alimentar das comunidades e passou a exigir participação da sociedade civil, melhorando a qualidade das refeições, principalmente pela redução importante da oferta de alimentos processados e ultraprocessados (DOMENE, 2008; SPINELLI; CANESQUI, 2002).

Historicamente, o PNAE é marcado por inúmeros avanços nos aspectos relativos à gestão e operacionalização das ações. Neste histórico destaca-se que, em 2009, a partir da Lei n. 11.947, é dado início a mais um movimento em favor da melhoria da qualidade nutricional da alimentação escolar. Com base nesta legislação, foi estabelecido que, no mínimo, 30% do valor destinado pelo FNDE às entidades executoras do PNAE deveria ser utilizado para aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar. Para facilitar este processo, foi permitido que a aquisição de alimentos acontecesse por meio de um modelo de compra que dispensava o processo licitatório, substituindo-o por um procedimento simplificado, denominado de chamada pública (BRASIL, 2009).

Esta aproximação entre o PNAE e a agricultura familiar tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, pois se apresenta como uma possibilidade de oferta de alimentos mais saudáveis e com vínculo regional, e incentiva o resgate de hábitos alimentares e alimentos tradicionais. Além disso, representa um avanço nas metodologias de compras públicas sustentáveis, uma ação de fortalecimento da agricultura familiar, de desenvolvimento regional, de proteção da biodiversidade agrícola e do uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2016; FAO, 2014). Neste contexto, o objetivo deste estudo foi avaliar a qualidade da compra de alimentos provenientes da agricultura familiar para a alimentação escolar, de acordo com seu grau de processamento.

## **METODOLOGIA**

Estudo do tipo analítico de base documental numa perspectiva longitudinal retrospectiva, o que possibilita a análise da contribuição nutricional de alimentos provenientes da agricultura familiar para a alimentação escolar, em seis anos de execução deste modelo de aquisição de alimentos.

As fontes de dados desta pesquisa são os editais de chamada pública para compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, divulgados pelos municípios de Santa Catarina, em seus *sites* oficiais, no período de 2012 a 2017.

Inicialmente, foram coletados todos os editais disponibilizados em acesso público pelos 295 municípios catarinenses no período de 2012 a 2017. Os editais foram, primeiramente, buscados nos *sites* das prefeituras municipais, que são monitorados periodicamente pela equipe da pesquisa matricial *Observatório da aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar em Santa Catarina*. Esclarece-se que, neste monitoramento, nos casos em que os editais não são encontrados nos *sites* pesquisados, realiza-se busca livre no *Google* e, adicionalmente, valendo-se das prerrogativas dadas pela Lei da Transparência (BRASIL, 2011), envia-se solicitação por *e-mail* aos municípios, como recurso para a localização do maior número possível de chamadas públicas. Todos os editais coletados e referentes ao período de interesse deste estudo (2012-2017) foram codificados e arquivados eletronicamente em pastas identificadas por município e ano de publicação.



**Tipo de trabalho:** TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

Após a constituição da base documental, foram extraídas dos editais e dos Censos Escolares anuais as informações de interesse para a pesquisa, as quais foram armazenadas em planilha do programa *Microsoft Excel*<sup>®</sup>, compondo o banco de dados para futura análise.

Dos editais, foram coletadas informações relativas a: município/mesorregião, ano de publicação, descrição/identificação de cada alimento listado, quantidade (conforme apresentada no edital: gramas, quilos, litros ou unidades).

A quantidade de cada alimento citado nas chamadas públicas foi registrada no banco de dados na unidade de medida indicada pelo documento original. Na sequência, todas as quantidades de alimentos foram padronizadas em uma única unidade de medida, que neste caso foi gramas (g). Para conversão das quantidades de alimentos expressas nas chamadas em unidades, maços ou caixas para o equivalente em gramas, foram utilizados como referência os valores padronizados pelas Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA, 2017). Na indisponibilidade destas informações, os alimentos foram adquiridos em feiras livres locais e pesados no Laboratório Dietético da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

Após esta etapa, considerando a necessidade de classificar os alimentos por grau de processamento, foi realizado um consenso para classificação dos alimentos listados nas chamadas públicas coletadas. Para isso, foi convidado um grupo de Nutricionistas que atuam na alimentação escolar para o desenvolvimento desta etapa, classificando os alimentos em *in natura* e minimamente processados, processados e ultraprocessados. Os ingredientes culinários foram identificados e classificados pelas pesquisadoras.

Ao final destas duas etapas, as quantidades totais da aquisição de produtos em cada ano, originalmente geradas em gramas foram convertidas para quantidades em Kg, com o objetivo de facilitar a visualização das quantidades adquiridas. Posteriormente, estas quantidades foram estratificadas por grau de processamento para, então, resultar no percentual de aquisição de alimentos por grau de processamento em relação à quantidade total de aquisição.

O projeto foi o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Unochapecó e aprovado sob o parecer 2.744.298/2018

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi analisado o conjunto total de dados referentes à compra de alimentos pelos municípios do estado de Santa Catarina, no período de 2012 a 2017, a partir de 845 editais de chamadas públicas coletados (tabela 1).

Tabela 1- Distribuição de chamadas públicas e a respectiva quantidade de municípios, Santa Catarina, 2012-2017.



**Tipo de trabalho:** TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

<b>Ano de Referência</b>	<b>Nº de chamadas</b>	<b>Percentual de chamadas (%)</b>	<b>Nº de Municípios</b>
2012	26	3,08	20
2013	62	7,34	45
2014	96	11,36	82
2015	209	24,73	155
2016	237	28,05	172
2017	215	25,44	188

Fontes: Elaboração das autoras, 2019

Observa-se (tabela 1) que 78,22% das chamadas concentram-se no período de 2015 a 2017, com variação aproximada de 3% para mais ou para menos no número de chamadas nos três anos. Já entre 2012 a 2014, registra-se aumento no número de chamadas de 4% entre os anos. Apesar de ter havido, entre 2016 e 2017, uma redução de 2,61% no número de chamadas (representando 22%), ainda é possível dizer, pelo baixo percentual de variação, que este modelo de aquisição vem se fortalecendo ao longo dos anos no estado de Santa Catarina, no que se refere à ampliação no número de chamadas, ressaltando que o maior aumento percentual ocorreu entre 2014 e 2015, com 13,37% de crescimento, sendo necessário cinco anos (2009-2014) para registrar esta expressividade no aumento, revelando o quanto os resultados de uma política pública precisam de investimento, não somente financeiro, para sua consolidação e manutenção dentro de seus propósitos.

Avaliando não apenas o crescimento no número de chamadas públicas ao longo dos anos, mas também a composição desta compra segundo o grau de processamento, a tabela 2 apresenta uma síntese destes resultados.

Tabela 2- Distribuição da quantidade (em Kg) de alimentos listados nos editais de chamada pública por grau de processamento, Santa Catarina, 2012-2017.

<b>Ano de Referência</b>	<b>Total da aquisição (kg)</b>	<b>In natura e minimamente processados (%)</b>	<b>Processados (%)</b>	<b>Ultraprocessados (%)</b>	<b>Ingrediente Culinário (%)</b>
<b>2012</b>	1.699.239,73	96,06	1,44	2,48	0,01
<b>2013</b>	3.837.430,02	95,12	1,62	2,96	0,30
<b>2014</b>	2.841.037,05	91,68	4,49	3,51	0,31
<b>2015</b>	6.835.907,85	89,41	3,89	6,54	0,15
<b>2016</b>	6.590.356,17	91,99	3,91	3,88	0,22
<b>2017</b>	6.986.507,78	91,91	4,13	3,77	0,18

Fontes: Elaboração das autoras, 2019

Com base na análise realizada é possível identificar que as chamadas públicas para aquisição de



**Tipo de trabalho:** TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

alimentos priorizam alimentos *in natura* e minimamente processados, demonstrando o importante papel e o potencial desta política para o incentivo do consumo de alimentos *in natura* ou com baixo grau de processamento.

Resultado semelhante a esta pesquisa foi identificado em estudo desenvolvido no Rio Grande do Sul que avaliou as chamadas públicas elaboradas para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, no qual os produtos *in natura* apareceram em 92,10% (n = 105) das chamadas públicas, quando avaliado tipo de produto adquirido, origem vegetal ou animal e grau de processamento (FERIGOLLO *et al.*, 2017).

O impulso que a presença de alimentos da agricultura familiar vem promovendo na qualidade da alimentação escolar é evidente no trabalho de Triches e Schneider (2010), que investigaram de forma qualitativa a relação entre consumo, produção e políticas públicas alimentares a partir do PNAE. Os autores, por meio de depoimentos de merendeiras e diretores de escolas participantes do PNAE, constataram um aumento na frequência de frutas e hortaliças no cardápio, acompanhado de um consequente aumento do consumo destes alimentos pelos escolares.

Corroborando os achados do estudo citado, uma pesquisa desenvolvida com 82 municípios, dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, com objetivo de caracterizar o processo de compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar e comparar a qualidade dos cardápios servidos aos escolares antes e após a implantação da Lei n. 11.947/09, destaca a melhoria na qualidade global da alimentação escolar com o início das compras da agricultura familiar. Além disso, o estudo aponta a contribuição positiva que esta prática tem representado no desenvolvimento de bons hábitos alimentares, não apenas pela presença de alimentos saudáveis, mas também pelo uso da produção e do consumo sustentável para práticas de EAN (GONÇALVES *et al.*, 2015).

Ainda é importante destacar que o consumo frequente destes alimentos pelos escolares possibilita a construção de paladares para alimentos produzidos localmente, por possuírem características próprias e muitas vezes exclusivas, o que alimenta e fortalece este mercado e conquista novos consumidores (TRICHES; SCHNEIDER, 2010), oportunizando, a partir da alimentação escolar, a reflexão sobre a temática e a construção de hábitos, constituindo paladares e preferências mais saudáveis (TEO; MONTEIRO, 2012).

Estudos de Silva Sá *et al.* (2017), Triches e Schneider (2010) e Barone *et al.* (2016) indicam que a relação entre a agricultura familiar e a alimentação escolar permitiu a oferta de alimentos mais frescos, variados e de melhor qualidade, tornando o cardápio escolar mais nutritivo. Além disso, Triches e Schneider (2010) e Barone *et al.* (2016) apontam, a partir dos depoimentos dos profissionais que participaram de suas pesquisas, o aumento do consumo de frutas e hortaliças como um efeito positivo da inserção de alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar.

Para Silva Sá *et al.* (2017), a aproximação entre a agricultura e o PNAE oferece condições para melhorar a qualidade da alimentação oferecida nas escolas, por meio de uma diversidade de gêneros e de seu conteúdo nutricional, possibilitando a oferta de mais opções de preparações e de refeições mais nutritivas, além de fortalecer hábitos alimentares regionais. De acordo com os



**Tipo de trabalho:** TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

participantes da pesquisa, novos alimentos puderam ser incorporados aos cardápios, o que antes era inviável devido ao alto custo, baixa qualidade, dificuldade no armazenamento e entrega pelas empresas fornecedoras convencionais.

Nesta lógica, a aproximação entre a agricultura familiar e a alimentação escolar é mediada, especialmente, por duas diretrizes da alimentação escolar. A primeira diz respeito ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde. A segunda indica o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar. Além disso, espera-se que a presença da agricultura familiar na alimentação escolar, aumente o acesso aos alimentos *in natura* e minimamente processados, reduzindo, conseqüentemente, o de alimentos processados e ultraprocessados (BRASIL, 2016).

Apesar de produtos *in natura* e minimamente processados representarem o maior volume nas chamadas públicas de todos os anos, avaliando os resultados da tabela 1, em associação aos resultados da tabela 2, é possível considerar que apesar de ter havido o maior aumento no número de chamadas públicas de 2014 para 2015, neste último ano houve redução na compra de alimentos *in natura* e minimamente processados. Além disso, 2015 é o ano com o maior percentual de registro de alimentos ultraprocessados e um dos anos com o maior volume de compra. Observando estes resultados, é preciso considerar que o aumento no volume de compras e no número de chamadas públicas não se traduz, necessariamente, em qualidade da aquisição.

Ressalta-se, também, que 2012 e 2013 são os anos com maior percentual de compra de alimentos *in natura* e minimamente processados e, conseqüentemente, com a menor aquisição de alimentos processados e ultraprocessados. Além disso, é importante destacar que, a partir de 2014, alimentos processados e ultraprocessados começam a ser mais representativos nas chamadas públicas na medida em que ocorre aumento no volume de compra.

Com base nestes resultados, é preciso considerar que a presença, de forma mais significativa, de alimentos processados e ultraprocessados nas chamadas públicas com o passar dos anos pode ser um indicativo de que os agricultores familiares estão ampliando a variedade de produtos e a sua capacidade de transformação de alimentos *in natura* e minimamente processados. Entretanto, considerando o objetivo deste modelo de aquisição de alimentos para a alimentação escolar, a presença, especialmente de ultraprocessados pode representar um retrocesso na oferta de alimentos mais saudáveis por intermédio da agricultura familiar.

Ressalta-se que, mesmo que exista um limite permitido dos recursos para a aquisição de alimentos restritos na alimentação escolar, este não deveria ser atingido por meio da aquisição da agricultura familiar, uma vez que esta proposta de aquisição visa à promoção de uma alimentação adequada e saudável (TEO; MONTEIRO, 2012).

Estudo de Amorim, Rosso e Bandoni (2016) realizada em São Paulo (SP), indica que alimentos



**Tipo de trabalho:** TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

processados e ultraprocessados não precisam estar presentes nas refeições escolares, mas como o seu valor é maior, comparado aos dos outros grupos alimentares, facilita aos gestores do programa o atendimento dos 30% exigidos em lei. Este fato também é apontado no estudo de Triches, Barbosa e Silvestri (2016), no qual, apesar de frutas e hortaliças corresponderem à mais da metade dos itens das chamadas públicas, 56,22% do recurso recebido do FNDE são empregados na compra de alimentos com algum grau de processamento. Entretanto, é preciso refletir sobre esta justificativa, uma vez que estudos têm indicado que carnes, leite, frutas e hortaliças tendem a custar mais caro que alimentos processados e ultraprocessados (CLARO *et al.*, 2016).

Além disso, Teo (2017) considera que o segmento público deve superar a lógica da compra pelo menor valor, na direção da compra pelo melhor valor, tendo como princípio escolhas de gêneros que favoreçam uma alimentação saudável, pois a aquisição da agricultura familiar repercute em questões sociais, ambientais e de saúde a médio e longo prazos, mesmo que isso resulte em maior valor de gastos em comparação com compras de fornecedores convencionais.

Na análise realizada por Amorim, Rosso e Bandoni (2016), de 122 chamadas públicas de 99 municípios do estado de São Paulo (SP), aponta-se que o grupo alimentar de hortaliças e frutas foram os mais frequentes nesses editais, representando 50 e 31% dos alimentos solicitados da agricultura familiar, respectivamente. O estudo ainda observa que, quanto maior o número de escolares atendidos, maior é a frequência de alimentos dos grupos de cereais, leguminosas e leite. Por outro lado, quanto menor o contingente de escolares, maior é a aquisição de frutas, indicando a pertinência de mais investigações sobre as dificuldades que os municípios enfrentam para compra de alimentos frescos. Com relação ao grau de processamento dos alimentos listados nos editais, o estudo destaca que os processados aparecem em 41% dos municípios. Os autores destacam, ainda, que o recurso que obrigatoriamente deve ser gasto com a aquisição de alimentos da agricultura familiar deve priorizar alimentos saudáveis e restringir alimentos processados. Desta forma, a agricultura familiar pode contribuir com refeições mais nutritivas, a partir de maior oferta e variedade de alimentos frescos ou *in natura*.

Ainda, com relação ao grau de processamento dos alimentos adquiridos da agricultura familiar para a alimentação escolar nos estados do Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e São Paulo (SP), Baccarin *et al.* (2017) apontam que os produtos *in natura* estiveram presentes em mais de 80% das chamadas públicas, destacando-se o estado de São Paulo nesta categoria. Já Santa Catarina foi o estado que se destacou pela presença de alimentos com maior grau de processamento. Com relação à origem e grau de processamento dos produtos, prevaleceram os de origem vegetal e os *in natura* e minimamente processados no geral. Novamente, Santa Catarina se destacou pela presença de produtos de origem animal, sendo os mais frequentes: ovos, leite, iogurte, bebida láctea, mel, queijos, doce de leite, ovo de codorna e carnes, caracterizando o perfil de produção da agricultura familiar no estado e indicando maior capacidade para o processamento de alimentos, ampliando as possibilidades de produção para a agricultura familiar e de diversidade na aquisição de produtos para a alimentação escolar

Neste sentido, apesar de a oferta de alimentos saudáveis não garantir o consumo das crianças e adolescentes atendidos pelo PNAE, a presença destes alimentos saudáveis na alimentação escolar



**Tipo de trabalho:** TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

é um estímulo inicial para apoiar a alimentação saudável nas escolas (SOARES *et al.*, 2017). Neste contexto de aprendizados, vale destacar que favorecer hábitos alimentares mais saudáveis entre os escolares é investir em uma estratégia de largo espectro, entendendo que a sua relação com os professores e funcionários da escola e com a família é uma possibilidade para disseminar a formação de hábitos mais saudáveis na comunidade, resgatando aqueles que sejam representativos do ponto de vista cultural, e aproximando a produção do consumo de alimentos (TEO; MONTEIRO, 2012).

Nesta perspectiva, o programa é uma estratégia para, simultaneamente, oferecer alimentos mais saudáveis a alunos e estimular a agricultura familiar no País. Desta forma, o PNAE, dentre suas inúmeras potencialidades, age também na insegurança alimentar no campo, (re) organiza comunidades, dinamiza a economia local, amplia a oferta de alimentos de qualidade e valoriza a produção familiar (BRASIL, 2014).

Além disso, a alimentação escolar saudável é uma possibilidade de conscientização sobre escolhas alimentares mais saudáveis que podem melhorar a qualidade de vida e agir na redução de doenças crônicas não transmissíveis, que têm suas causas associadas ao consumo alimentar (SILVA *et al.*, 2016).

## CONCLUSÃO

O maior volume e percentual de alimentos das chamadas públicas foi representado por alimentos *in natura* e minimamente processados. Entretanto, apesar de baixos percentuais, os alimentos processados e ultraprocessados estão cada vez mais evidentes nas chamadas públicas.

Nesta lógica, conclui-se que a aproximação entre alimentação escolar e agricultura familiar trouxe importantes avanços na qualidade das refeições ofertadas aos escolares, especialmente no que se refere à aquisição e oferta de alimentos *in natura*. Entretanto, é preciso que, de forma constante, o papel da agricultura familiar na alimentação escolar como promotora de hábitos alimentares saudáveis, seja reforçado entre as entidades e atores envolvidos com este processo, fortalecendo a concepção de que a escola é um espaço de aprendizados e que a aquisição de alimentos e as refeições escolares podem ser instrumentos educativos, especialmente em um momento em que a diversidade e a praticidade dos alimentos processados e ultraprocessados ganham destaque na mídia e na sociedade.

**Palavras-chave:** Saúde; Segurança Alimentar e Nutricional; Política Pública

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Ana Laura Benevenuto de; ROSSO, Veridiana Vera de; BADONI, Daniel Henrique. Acquisition of family farm foods for school meals: Analysis of public procurements within rural family farming published by the cities of São Paulo state. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 29, n.



**Tipo de trabalho:** TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

2, p. 297-306, mar./abr. 2016.

BACCARIN, José Giacomo *et al.* Indicadores de avaliação das compras da agricultura familiar para alimentação escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. **Revista de economia e sociologia rural**, Brasília, v. 55, n. 1, p. 103-122, jan/mar. 2017.

BARONE, Bruna *et al.* Oferta de frutas e hortaliças da agricultura familiar na alimentação escolar. **Vigilância Sanitária em Debate**, Rio de Janeiro, v.4, n. 3. p. 86- 95, ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O encontro da agricultura Familiar com a alimentação escolar**. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-area-para-gestores/pnae-manuais-cartilhas?start=10>. Acesso em: 30 de set. 2017.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da Alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola. **Diário Oficial da União**. 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Manual de aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-area-para-gestores/pnae-manuais-cartilhas>. Acesso em: 10 de fev. 2018.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Cartilha nacional da alimentação escolar. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-area-para-gestores/pnae-manuais-cartilhas?limitstart=0>. Acesso em: 30 de set. 2017.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações**. **Diário Oficial da União**. 18 nov. 2011. Seção 1, p.1.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA-CEASA-SC. **Cotação de preços**. 2017. Disponível em: <http://www.ceasa.sc.gov.br/index.php/cotacao-de-precos>. Acesso em: 21 de fev. 2017.

CLARO, Rafael Moreira, *et al.* Preço dos alimentos no Brasil: prefira preparações culinárias a



**Tipo de trabalho:** TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

alimentos ultraprocessados. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 8, p. 1-13, ago. 2016.

DOMENE, Semíramis Martins Álvares. A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 505-517, out./dez. 2008.

FERIGOLLO, Daniele *et al.* Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, n. 6, p. 1-10, fev. 2017.

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION-FAO. **Alimentar o mundo, cuidar do planeta**. Montevideo: FAO, 2014. Disponível em: [http://www.fao.org/fileadmin/user\\_upload/iyff/pdf/ES\\_IYFF\\_BROCHURE.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/iyff/pdf/ES_IYFF_BROCHURE.pdf). Acesso em: 12 de ago. 2018.

GONÇALVES, Héliida Ventura Barbosa *et al.* Family farming products on menus in school feeding: a partnership for promoting healthy eating. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 45 n.12, p. 2267-2273, dez. 2015.

SILVA SÁ, Sara *et al.* A interface entre alimentação escolar e agricultura familiar em Jampruca e Mathias Lobato, Minas Gerais. **Revista Espacios**, Caracas, v.38, n. 46, p. 1-14, 2017.

SILVA, Margareth Xavier da *et al.* Características dos programas de alimentação escolar do Brasil e de Portugal. **Demetra**, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 179-194, mar. 2016.

SOARES, Panmela *et al.* The effect of new purchase criteria on food procurement for the Brazilian school feeding program. **Appetite**, [S. l.],v. 108, n. 1, p. 288-294, jan. 2017.

SPINELLI, Maria Angélica dos Santo; Ana Maria CANESQUI. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995). **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 105-117, jan./abr., 2002.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda. The partnership between the Brazilian School Feeding Program and family farming: a way for reducing ultra-processed foods in school meals. **Public Health Nutrition**, Cambridge, v. 21, n.1, p. 230-237, ago. 2017.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda; MONTEIRO, Carlos Augusto. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e prática na aquisição de alimentos. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 25, n. 5, p. 657-668, set./out. 2012.



# 6º CONGRESSO INTERNACIONAL EM SAÚDE CISaúde

Vigilância em Saúde: Ações de Promoção,  
Prevenção, Diagnóstico e Tratamento



**Tipo de trabalho:** TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

TRICHES, Rozane Marcia, BARBOSA, Leiridiane Priscila; SILVESTRI, Fernanda. Agricultura Familiar e Alimentação Escolar no Estado do Paraná: uma análise das chamadas públicas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 37, n. 130, p. 29-43, jan./jun. 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, out./dez. 2010.